

O que há por trás do discurso da harmonia racial no país da miscigenação?

Josiane Barbosa Gouvêa

INTRODUÇÃO

Em um país no qual os sujeitos são classificados pelo fenótipo, a cor da pele passa a ser patrimônio e proporciona a possibilidade de ocupar lugares distintos na sociedade e no mundo do trabalho. Diante disso, este ensaio tem o objetivo de, através de uma abordagem teórica, apresentar aspectos relativos à construção do ser negro, no contexto social e organizacional, em uma sociedade na qual se criou a imagem da harmonia racial e do não preconceito, o Brasil. Ao abordar as relações entre diferentes povos, é possível perceber que os debates sobre questões étnico-raciais no país, ainda que de maneira incipiente, tem sido motivo de reflexão em diversas áreas. No entanto, no âmbito dos estudos organizacionais,



o tema vem sendo relegado a segundo plano, sendo poucos os estudos que o abordam. Conforme salienta Conceição (2009), estudos envolvendo questões raciais são negligenciados no âmbito dos estudos organizacionais. Percebo que isso se dá em virtude da maneira como o preconceito racial é manifestado no Brasil, por vezes, através do simples silenciamento.

Vivemos em uma sociedade em que se dissemina a ideia de que a discriminação é mera invenção de quem pretende ser visto como vítima, uma vez que os discursos amplamente disseminados dão conta de propagar que o racismo não existe no Brasil. Conforme salientam Teixeira, Nascimento e Carrieri (2014), ainda são observados, na sociedade brasileira, discursos que negam o racismo e que vinculam as minorias à ideia de “coitadismo” e vitimização. No mesmo sentido, Munanga (2005/2006) salienta que o Brasil criou o seu racismo a partir do processo de negação do mesmo. No entanto, se de um lado encontramos o referido discurso do não preconceito, de outro práticas sociais o escancaram, ainda que de maneira velada, através da reprodução de condutas discriminatórias. Proponho, portanto, uma discussão sobre a forma como as questões raciais se fundamentaram, bem como sobre os rumos que tomaram, a fim de compreender o posicionamento atual dos sujeitos em relação ao assunto.

O interesse por este tema partiu de experiências pessoais, uma vez que convivo com a realidade de ter a pele negra em um ambiente de maioria germânica. No entanto, tenho consciência de que nascer mestiça – filha de mãe branca e pai negro – me proporcionou privilégios que outros negros que vivem neste mesmo ambiente não tiveram. É a partir deste lugar que me posiciono para abordar o estudo ora proposto.

Diante do exposto, após esta introdução, apresentarei uma discussão teórica acerca do contexto das relações raciais na perspectiva dos estudos organizacionais, seguida de uma explanação acerca da construção de discursos que, materializados por práticas sociais, posicionam os sujeitos em seu cotidiano. Depois, discorro acerca da construção do ser negro, vinculada a práticas sociais que vêm, no decorrer do tempo, legitimando as ações discriminatórias, ainda que veladas, e sedimentando a posição do Brasil como sendo o país da miscigenação e do não preconceito. Na última seção, apresento as considerações finais do estudo ora proposto.

O CONTEXTO DAS RELAÇÕES RACIAIS NA PERSPECTIVA DOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Os debates sobre as relações raciais no Brasil, ainda que de maneira incipiente, têm sido motivo de reflexão em diversas áreas. No entanto, no âmbito dos estudos organizacionais, é possível perceber uma lacuna, uma vez que o tema vem sendo relegado a segundo plano, sendo poucos os estudos que o abordam. Costa e Ferreira (2006, p. 3) confirmam esta percepção quando afirmam que nos estudos organizacionais “o tema raça é fracamente abordado e apenas de maneira indireta”. No mesmo sentido, Nascimento, Oliveira, Teixeira e Carrieri (2015) salientam que os debates envolvendo práticas segregatórias não são valorizados no campo da Administração, sendo ainda discutidos de maneira restrita no âmbito dos estudos organizacionais. Esse contexto desperta um questionamento: por que isso ocorre nos estudos vinculados às organizações, onde, via de regra, a diversidade se manifesta de maneira latente?

Uma resposta a essa pergunta pode estar vinculada ao fato de que sequer nos ocupamos de tais questões, uma vez que na Administração se sobrepõe a imagem de que a cultura organizacional é capaz de homogeneizar as relações. Dissemina-se, assim, a ideia de que as organizações são campos neutros, nos quais uma única cultura é apreendida pelos trabalhadores e estes, passivamente, se adaptam a



ela para estarem adequados aos padrões estabelecidos pelas empresas. Essa representação é confirmada por Saraiva e Irigaray (2009, p. 338) ao afirmarem que “as organizações têm sido historicamente abordadas como entidades assépticas em que os indivíduos convivem de forma funcional e neutra em prol de objetivos econômicos”, quando, na verdade, são campos repletos de diversidades e diferenças. Muitas vezes, essas diferenças precisam ser mascaradas de alguma forma para que os sujeitos consigam se inserir e se manter em determinadas empresas. Assim, é possível perceber, nos quadros de trabalhadores, sujeitos que escondem questões vinculadas a gênero, ou ainda tentam “suavizar” características raciais (o alisamento de cabelo para as mulheres negras, por exemplo), entre outras questões.

É importante destacar aqui que quando digo que as organizações são campos repletos de diversidades e diferenças me refiro aos diferentes sujeitos, de distintas culturas, posições sociais, gênero e raças que delas fazem parte. Não é possível deixar de mencionar, porém, que tais diferenças restringem possibilidades para aqueles que fazem parte de grupos construídos socialmente como inferiores. É como se existissem lugares demarcados nos quais tais sujeitos podem transitar. É sabido que transpor essas barreiras tem sido um desafio para estes. Isso porque a diferença – natural entre os seres humanos – foi discursivamente construída como desigualdade. Entendo, em consonância com



Barros (2014, p. 19) que “tal construção pode gerar problemas sociais específicos de maior ou menor gravidade”.

Dessa forma, o que se tem nas organizações atualmente é um contexto no qual a diversidade se manifesta, no entanto, no mesmo movimento, a desigualdade permanece presente, muitas vezes, determinando posicionamentos. Ainda utilizando os conceitos estabelecidos por Barros (2014, p. 22), entendo que “pensar diferenças significa se render à própria diversidade humana, já abordar a questão da desigualdade implica considerar a multiplicidade de espaços em que esta pode ser avaliada.” A diversidade é, portanto, fruto da natureza humana, enquanto a desigualdade, a partir de tais diferenças, é fruto da construção social.

Diante desse contexto, entendo ser fundamental ressaltar que, quando falo em diversidade no contexto organizacional, não me valho de uma perspectiva infantil na qual se poderia pensar presença de diversidade como sinônimo de ausência de desigualdade. Ao contrário, nas organizações, via de regra, é possível identificar, de maneira explícita, as práticas discriminatórias e segregatórias que imperam em nossa sociedade. As organizações, de maneira geral, interpõem barreiras nos próprios processos de contratação e promoção de funcionários, o que faz com que haja uma maior tendência de convivência entre iguais nos diversos setores das organizações e nos diversos espaços hierarquicamente

construídos. Diante desse contexto, é possível apreender que esse tipo de distinção não é só simbólico, mas também contribui para uma demarcação de espaços que não favorece a convivência entre os diversos grupos. No entanto, essas questões são silenciadas no contexto das organizações, como se tal realidade não se fizesse presente.

Portanto, em consonância com Saraiva e Irigaray (2009), entendo que, apesar do discurso de padronização a partir da cultura organizacional, do qual se utilizam as organizações, os sujeitos que delas fazem parte não são “papéis em branco” nos quais elas podem escrever o que consideram mais adequado. As pessoas, ao ingressarem nas organizações, trazem consigo pressupostos, crenças e comportamentos determinados por sua vivência cotidiana anterior. Como exposto por Carrieri, Silva e Junquilha (2008, p. 1), “não existe no fazer organizacional sujeitos agindo descolados do seu cotidiano e das estruturas sociais ou determinações dessas últimas nas ações dos primeiros”. Assim, é possível afirmar que as ações praticadas são determinadas, em maior ou menor grau, por práticas sociais e ideologias que interpenetram nos sujeitos. É, talvez, também devido a esse motivo que impera o silêncio nos estudos organizacionais quando o tema perpassa questões vinculadas à raça e suas implicações. As práticas sociais estabelecidas na sociedade como um todo privilegiam tal silenciamento.

Por outro lado, Rosa (2014) demonstra que tal restrição dos estudos organizacionais em abordar a questão das relações raciais se dá em virtude da tendência de reserva dos brasileiros em relação ao tema. Tal posicionamento, de acordo com o autor, ocorre tendo em vista que o Brasil não possui uma atitude contundente a respeito do assunto. Sabe-se, porém, que esse silenciamento vinculado a questões de diversidade – em especial a questões raciais, que são o foco deste trabalho – não ocorre apenas no ambiente das organizações, mas da sociedade de forma geral. Conceição (2009) argumenta que a maneira como historicamente se tratou da questão racial em nosso país, influencia o modo como os brasileiros enfrentam os problemas relativos à discriminação. Cabe, portanto, entendermos a forma como os discursos vem sendo articulados no decorrer do tempo para justificar o posicionamento do negro na sociedade e nas organizações.

ENTRE DISCURSOS E PRÁTICAS SOCIAIS: A CONSTRUÇÃO DA IDEIA DA HARMONIA RACIAL NO BRASIL

Vivemos em um país de grande miscigenação de cores e raças, e muitos discursos nos são apresentados com o argumento de que essa diversidade que compõe o Brasil nos torna um povo acolhedor e livre de preconceitos. No entanto, basta que olhemos um pouco à nossa volta para percebermos que a realidade não possui um colorido tão homogêneo e harmônico. Há, no Brasil, uma evidente

dicotomia entre negros e brancos, justificada, em um primeiro momento, pelo passado escravocrata do país. No entanto, esta justificativa inicial não esgota as possibilidades quando falamos de relações étnico-raciais. Isso porque as diferenças entre brancos e negros continuam aparentes e, porque não dizer, fortalecidas, ainda em nossos dias. Como salienta Hofbauer (2006), palavras e conceitos se articulam enquanto produtos histórico-culturais que, por sua vez, expressam intencionalidades individuais ou coletivas e podem ser vistos como diretamente ligados à construção da realidade social. Ao olharmos para a forma como o pensamento racial foi construído em nosso país, é possível perceber tal articulação, isso porque o Brasil foi discursivamente construído como um ambiente livre do preconceito racial.

Essa construção se iniciou, conforme afirma Sansone (2003), a partir dos anos de 1930, quando as relações raciais no Brasil passaram a ser centradas no mito da democracia racial. Estabeleceu-se aí a crença de que, por não haver leis segregatórias, brancos e negros poderiam vislumbrar as mesmas possibilidades. Para o autor, o mito da democracia racial foi aceito pela maioria dos brasileiros, não foi, portanto, uma imposição, mas passou a ser reproduzido pelos sujeitos nas mais diferentes esferas da vida cotidiana (Sansone, 2003). Dessa maneira, estabeleceu-se, no Brasil, a ideia de que as desigualdades raciais com as quais nos deparamos não são privilégio de raça, afinal a crença da democracia racial nos



faz acreditar que vivemos em uma sociedade igualitária, na qual brancos e negros têm as mesmas oportunidades e possibilidades, afirma Schucman (2012).

Diante disso, tem-se que a manutenção da ideia de que o Brasil seria o “país da democracia racial”, que chamou a atenção do mundo todo durante muito tempo, o que foi possível pelos discursos fortemente disseminados e reproduzidos se consolidaram como práticas sociais. Sabe-se que várias são as formas de manifestação das práticas sociais que determinam comportamentos. Estas podem ser expressas pela linguagem verbalizada, silenciamento ou expressões culturais mantidas como forma de sustentar a hegemonia de determinado grupo social. O silêncio, em muitos momentos, é mais poderoso do que as palavras. Percebo que, quando se trata de relações étnico-raciais, o que se tem é um ambiente ocupado por silêncios, entre os quais o silêncio institucional, que pouco questiona a realidade. É importante, desse modo, compreender como os discursos são compostos e articulados e passam, por fim, a compor as práticas sociais dos sujeitos.

Questões culturais e raciais, como apresentado, são frutos de práticas sociais previamente estabelecidas, de movimentos articulados que fazem com que os sujeitos se insiram na sociedade a partir dos discursos que são por ela estabelecidos. Para compreender a relação entre discurso e práticas sociais,



Fairclough (2001, p. 90) sugere considerar o discurso como sendo “o uso da linguagem como forma de prática social”. Assim, para o autor, as práticas sociais, da mesma forma que o texto, são elementos que compõem o discurso. Destarte, Bauman (2001, p. 66) afirma que “discursos [...] são metalinguagens que ensinam as pessoas a viver como pessoas”. Assim, torna-se possível compreender o discurso para além da fala, podendo inclusive atuar como mecanismo de dominação.

Nesse sentido, Hardy e Phillips (2004) salientam que o discurso não presume a descrição do mundo, mas constitui-se de fenômenos que passam a existir através da articulação discursiva, vinculada a relações de poder. Dessa forma, pode apreender que os sujeitos, via de regra, não são donos dos seus discursos, mas reproduzem o que está formalmente estabelecido. É, portanto, a estrutura social e as ideologias por ela concebidas e reproduzidas como verdadeiras que determinam a realidade. Conforme afirma Foucault (1979, p. 12):

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral de verdade”, isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 1979, p. 12).



Para Foucault, portanto, o discurso é fundante, logo, produz verdades em determinado momento histórico. É possível afirmar, por conseguinte, que as coisas não preexistem às palavras, ao contrário, são os discursos que as produzem e determinam. Nesse sentido, é possível afirmar que os discursos são constituídos das verdades que as sociedades julgam adequadas e tomam para si. Diante disso, Foucault (2013) menciona que a verdade é histórica, é produto de sua época. Ela é o resultado do choque de conhecimentos e, assim, cada sociedade produz as suas verdades, pautando-se em seus próprios discursos. Dessa forma, Foucault (1979) apresenta que tanto elementos verbais ou explicitamente discursivos quanto aqueles que não aparentam ser discursivos, mas que contêm em si os discursos como gestos e elementos visuais ou imagéticos, podem ser considerados (Teixeira, 2015).

Logo, como afirma Lauwe (1983), as condições de vida e trabalho estabelecidas e a definição dos espaços a serem ocupados podem ser influenciados por grupos dominantes a fim de conseguirem atender a seus próprios interesses. Nesse contexto, é preciso salientar que, conforme afirma Hall (2001), até mesmo o conceito de raça que hoje conhecemos, antes de ser concebido a partir de uma perspectiva biológica, já estava cunhado no âmbito discursivo. Assim, de acordo com o mesmo autor, o conceito é constituído a partir de sistemas de representação e práticas sociais, geradas por discursos hegemônicos, que

determinam que as diferenças físicas são marcas simbólicas que diferenciam socialmente um grupo de outro. Carrieri, Silva e Junquilha (2008, p. 6) afirmam, nesse sentido, que “as práticas sociais dos sujeitos envolvidos ou não na deliberação refletem uma construção social em torno dela, na busca por familiarizar os elementos desconhecidos”.

Diante do exposto, pode-se apreender que, diferente dos estudos tradicionais da linguagem – quando, a partir das ideias propostas por Saussure, os sujeitos eram vistos como “donos” de suas falas e, portanto, os seus posicionamentos poderiam ser definidos de maneira individual – os estudos acerca do discurso apresentam outra percepção. Os discursos emitidos vão além de uma compreensão meramente linguística, e levam em conta também o contexto da enunciação. Essa ideia foi inicialmente apresentada por Bakhtin. Conforme salienta Brandão (2002), o autor parte do pressuposto de que o discurso é formado por uma parte verbal (matéria linguística) e outra não-verbal que corresponde ao contexto da enunciação. Logo, é possível compreender que, para Bakhtin, o discurso se manifesta para além da fala, estando vinculado também ao contexto no qual o enunciador está inserido. Assim, a linguagem passa a ser vista como interação social (Brandão, 2002) e, portanto, não pode ser tida como neutra ou apolítica. Esse posicionamento é, portanto, contrário ao proposto anteriormente por Saussure. Apresenta o sujeito não como proprietário de sua fala, mas como integrante de

uma rede, na qual os discursos são articulados e através da qual as falas dos sujeitos são também influenciados.

Fairclough (2001) corrobora esse conceito ao afirmar que entende o discurso não como atividade individual, mas como forma de prática social. Assim, o discurso não é mais visto a partir da dialética língua-fala como proposto por Saussure, mas a partir da relação dialética entre discurso e estrutura social (Fairclough, 2001). Para o autor, portanto:

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem. [...] o discurso é uma prática não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado (Fairclough, 2001, p. 91).

Existe, portanto, um componente ideológico que, em maior ou menor grau, compõe o discurso. Para Brandão (2002, p. 10-11), “a linguagem não pode ser encarada como uma entidade abstrata, mas como o lugar em que a ideologia se manifesta concretamente, em que o ideológico, para se objetivar, precisa de uma materialidade”.



A existência de tais ideologias pode ser manifestada verbalmente e até mesmo pelos silenciamentos. Assim, para não colocar em risco aquilo que é determinado ou algo em que o sujeito acredita, ele silencia. Esse posicionamento advém de práticas sociais que são socialmente e ideologicamente determinadas e reproduzidas sistematicamente pelos sujeitos em seu cotidiano. Para Lauwe (1983), a imposição de ideologias, muitas vezes, se dá sem que os sujeitos se deem conta. No mesmo sentido, Mumby (2004) afirma que os discursos, na perspectiva das práticas sociais, realizam um trabalho ideológico no sentido de moldar as relações dos sujeitos no mundo, de maneiras que nem sempre são evidentes para os mesmos.

Nesse contexto, tem-se ainda a linguagem (verbalizada ou não) enquanto determinante de práticas sociais. De acordo com Lane (2012, p. 34), a linguagem pode ser vista como produto de uma coletividade e, dessa maneira, reproduz os valores associados às práticas sociais que se cristalizaram. Assim, ela reproduz uma visão de mundo que é produto de relações que se desenvolvem para a sobrevivência de determinado grupo social. Nesse sentido, entendo que os discursos possuem um papel decisivo, uma vez que como apresenta Linstead (1999), os textos, sejam eles verbais ou escritos, são importantes formas de ação social.

Em relação à classificação racial no Brasil, é possível perceber o poder dos discursos e das ideologias, uma vez que, conforme afirma Sansone (2003, p. 60), “o sistema de classificação racial, formado pela terminologia e pelas normas do sistema de relações raciais, é historicamente determinado e, por isso mesmo, reformulado na prática cotidiana.” É possível identificar, portanto, que práticas sociais, materializadas a partir de discursos estabelecidos, podem alterar a maneira como compreendemos e nos posicionamos em relação à classificação racial em nosso país. Assim, “a constituição discursiva da sociedade não emana de um livre jogo de ideias nas cabeças das pessoas, mas de uma prática social que está firmemente enraizada em estruturas sociais materiais, concretas, orientando-se para elas” (Fairclough, 2001, p. 93). Compreender a formação discursiva da sociedade brasileira, portanto, nos leva à compreensão de como as relações raciais foram também constituídas.

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO SER NEGRO

Falar sobre a construção social acerca do negro leva a um inevitável retorno à construção social do conceito de raça. Em 1950, a UNESCO divulgou a sua primeira declaração sobre raça, na qual afirmou que “[...] a “raça” é menos um fenômeno biológico do que um mito social. Esse mito tem feito um mal enorme no plano social e moral; ainda há pouco, custou inúmeras vidas e causou sofrimentos

incalculáveis” (UNESCO, 1950). Desde então, muito se tem questionado a continuidade na utilização do termo nos mais diversos estudos. Essa continuidade é vista por muitos como uma insistência que leva ao acirramento das relações raciais. Sabe-se, no entanto, que os argumentos científicos não fizeram sucumbir a crença em raças superiores e inferiores, estabelecida no decorrer dos anos.

Diante desse contexto, continua sendo imprescindível, em meu entendimento, que os estudos que levam em conta a categoria raça continuem sendo realizados, apontando que, em termos sociais, essa abordagem continua válida, causando ainda os mesmos efeitos. Em se tratando da realidade brasileira, o contexto racial se mostra, na maioria das vezes, de maneira sutil, não explícita. Dessa forma, me chamou a atenção o questionamento de Vieira (2015, p. 62): “Que racismo é esse, tão peculiar, que nega publicamente a sua existência, mas se manifesta na dimensão privada?” Penso que esta questão é respondida se tomarmos por base o período imediatamente posterior à abolição da escravatura em nosso país, momento este em que ganha força um movimento que visava comprovar cientificamente a inferioridade do negro em relação aos demais, uma vez que “demonstrada ‘cientificamente’ a desigualdade racial, estavam justificadas a desigualdade social e a inexistência de cidadania para os recém-libertos” (Vieira, 2015).

Essa forma de pensamento foi amplamente disseminada e fortalecida no Brasil no final do Século XIX e início do Século XX a partir de discursos que apregoavam uma identidade tida como universal, bem como, de possibilidade de branqueamento. Assim, é possível apreender que, nesse período, apresentava-se o país como sendo mestiço, no entanto, com forte perspectiva de branqueamento. Como salienta Schwarcz (1993, p. 16),

O país era descrito como uma nação composta por raças miscigenadas, porém em transição. Essas, passando por um processo acelerado de cruzamento, e depuradas mediante uma seleção natural (ou quiçá milagrosa), levariam a supor que o Brasil seria, algum dia, branco.

Tal abordagem confirma o apresentado por Hall (2001) quando o autor salienta que o conceito de raça, antes de ser concebido a partir de uma perspectiva biológica, já estava cunhado no âmbito discursivo. Logo, de acordo com o mesmo autor, o conceito é constituído a partir de sistemas de representações e práticas sociais que determinam que as diferenças físicas são marcas simbólicas que distinguem socialmente um grupo de outro. Munanga (2005/2006), por sua vez, apresenta o pressuposto, disseminado na Europa em meados do século XVIII, de que haveria uma identidade humana universal. Tal perspectiva, de acordo com o autor, trouxe consequências negativas, uma vez que “a representação da humanidade em termos de identidade indiferenciada podia também desembocar

na perspectiva de uma tirania do universal”, afirma Munanga (2005/2006, p. 47). Desse modo, posicionar-se a partir da prerrogativa de que exista tal identidade indiferenciada restringe a possibilidade de que a diversidade possa transparecer em nosso dia a dia. Assim, afirma Munanga (2005/2006) que existe uma identidade humana, no entanto ela é diversificada e se compõe a partir das representações e formas de pensamento de cada grupo social.

No Brasil, há ainda uma especificidade em relação à construção da diversidade. Conforme salienta Rosa (2014, p. 244), “a presença de múltiplas identidades em nosso território é, sobretudo, um processo histórico”. Isso se dá tendo em vista a matriz de formação do povo brasileiro, composta pelas populações que já habitavam o país quando da chegada dos europeus, no período do colonialismo; população negra vinda ao país em virtude do processo de escravidão; imigrantes europeus e asiáticos que passaram a compor a população brasileira entre o final do século XIX e início do século XX e, posteriormente, o processo de miscigenação que se deu entre todos esses povos, destaca Rosa (2014).

Porém, o que prevalece em nossos dias é a construção simbólica e discursiva no que diz respeito às relações raciais. Essa maneira de ver tal questão é amplamente aceita atualmente, muito embora não seja recente. Schwarcz (1993) corrobora essa perspectiva de construção simbólica da raça e salienta que, no

Brasil, tais práticas foram moldadas pelas elites intelectuais do início do século XX, que acomodavam modelos diversos em suas composições, utilizando o que combinava com o discurso que deveria ser aceito, e descartando o que era considerado problemático para a construção de um argumento sobre as questões raciais no país. Diante desse contexto, Schucman (2012, p. 13) afirma que “o pensamento racial está arraigado na estrutura social e cultural e na constituição dos sujeitos em nossa sociedade”. Dessa forma, o conceito de raça que hoje determina as ações dos sujeitos foi construído a partir de interesses particulares, assim como muitos dos discursos que aceitamos e, por vezes, disseminamos em nosso cotidiano.

No entanto, essa construção que se manifestou no Brasil no período supramencionado estava já ancorada em posicionamentos anteriores, senão vejamos. Hofbauer (2006) afirma que, até o fim da Idade Média, os critérios utilizados para incluir ou excluir os indivíduos nada tinham a ver com a sua cor, mas com questões relacionadas à fé cristã. Logo, ao se identificar um sujeito como sendo pecador se utilizava a cor negra (Hofbauer, 2006, p. 97).

Nesse sentido, muitas foram as especulações que rondaram o imaginário humano em relação à origem dos negros, todas manifestadas por conotação negativa. No entanto, de acordo com Hofbauer (2006), o que possibilitou atribuir aos sujeitos de

cor negra essa característica de manifestar a condição do pecador ocorreu tendo em vista que, a partir de uma interpretação do Antigo Testamento bíblico, construiu-se uma ligação entre imoralidade, culpa, escravidão e a cor negra. Foram desenvolvidas diversas justificativas para tal. De acordo com Santos (2002), uma dessas formas de justificação se fundamentou na ideia de que o negro seria descendente de Caim, representado no cenário bíblico com uma visão negativa, uma vez que teria matado o seu irmão. Logo, dizia-se que Deus o teria enegrecido como castigo pelo seu ato. Todos os negros seriam, portanto, descendentes de Caim e assim, inferiores.

Outra corrente de pensamento acreditava que os negros eram descendentes de brancos, que em virtude do clima da África haviam enegrecido. Havia, portanto, entre os sujeitos de cor branca a esperança de que os negros poderiam embranquecer no decorrer do tempo e assim poderiam alcançar a civilização europeia (Santos, 2002). Essa perspectiva foi desconsiderada, uma vez que se passou a ponderar que, se havia ocorrido o escurecimento ao longo do tempo, seria impossível que o mesmo fosse revertido. Assim, “a negrura atestava sua inferioridade inata, hereditária e inelutável” (Santos, 2002, p. 56).

Diante de tais discussões que permeavam a Europa, a biologia passou a manifestar interesse no estudo das raças, indicando serem estas as

determinantes das diferenças entre os seres humanos (Santos, 2002). Chama a atenção, nesse sentido, o fato de a biologia entrar em cena após os discursos de inferioridade da raça negra já estarem devidamente constituídos. Dessa maneira, salienta Santos (2002, p. 57), “não foi difícil argumentar que diferenças físicas entre as raças produzissem diferenças intelectuais e morais”.

Tal fator levou a uma perspectiva de necessidade de branqueamento da pele para que o sujeito fosse visto como importante na sociedade da qual fazia parte. Isso posto, os sujeitos passaram a acreditar que quanto mais branca fosse a sua pele, mais nobres seriam. A partir disso, na perspectiva apresentada por Hofbauer (2006), passa a ocorrer um processo de naturalização da inferioridade do negro que se disseminou pelas diversas regiões do planeta.

No Brasil, não foi diferente. Também se alastrou por aqui a ideia do negro como alguém inferior, uma mercadoria que deveria servir aos interesses de seus senhores. Tendo sido o país que recebeu o maior número de negros na condição de escravos, vindos da África, o país passou a ter a maior concentração de africanos fora da África, afirma Sansone (2003). Após anos de escravidão, no entanto, a liberdade não significou melhores condições de vida. Ao contrário, representou apenas a libertação de escravos negros de seus senhores, uma vez que esta não foi plena. Os escravos libertos não receberam do Estado, ou outra



instituição, qualquer apoio a fim de que pudessem ser dignamente inseridos na sociedade. Conforme salienta Fernandes (1978, p. 20), “a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e de transformar-se para corresponder aos novos padrões”.

É possível perceber, ainda, nesse processo, que ao se posicionarem como sujeitos que lutavam pelo direito dos negros, os abolicionistas – brancos – pretendiam que se instaurasse um ambiente no qual os negros não visassem lutar por cidadania, apenas se sentissem extremamente gratos àqueles que os haviam tirado da escravidão.

Finda a escravidão, o negro, em grande quantidade no país, poderia querer alçar voo em direção aos lugares dos brancos, poderia acreditar em sua cidadania e exigir direitos iguais, poderia crer que, de fato, era livre. Toda a construção do movimento abolicionista e da própria abolição como um movimento de brancos em favor dos negros que deveriam ser-lhes gratos, prova o interesse de que o negro fosse sempre submisso aos desejos da elite e se adequasse às suas exigências. Se a imagem do negro pacífico e passivo serviu em um dado momento à manutenção da ordem, agora fazia-se mister inverter esse quadro, demonstrando o quanto ele era nocivo e prejudicial a um país que se lançava ao desenvolvimento (Santos, 2002, p. 130).



Assim, os escravos libertos, sem condições de vida digna, passaram a viver às margens da sociedade. Santos (2002, p. 119) afirma que “se durante a escravidão os negros já eram desprezados, por serem considerados inferiores, após a abolição esse desprezo só aumentou”. Nesse sentido, Teixeira (2015) salienta que a escravidão e o colonialismo são elementos fundamentais para se analisar como se dão as relações raciais no Brasil. De acordo com a autora, isso se dá em virtude de que foi a partir deles que se deu início à distinção entre os povos em nosso país. Considero importante mencionar diante do exposto que “o problema da cor” no Brasil aparece no período após a abolição da escravidão, quando passou a existir a necessidade de inserção dos negros na sociedade. Conforme afirma Sansone (2003), até então o *status* do escravo importava mais do que a sua aparência física. É a partir da abolição, portanto, que a cor da pele passa a ser determinante para a classificação racial no Brasil, período no qual os estudos biológicos que visavam atestar a inferioridade do negro foram também apresentados em nosso país.

Era, portanto, necessária a criação de uma nova “raça” brasileira, na qual “os traços africanos tinham que ser eliminados da vida das ruas e do mercado. As cidades brasileiras tinham que parecer europeias”, afirma Sansone (2003, p. 95). Uma das soluções encontradas foi a busca pela miscigenação. Esta serviu tanto para uma política de embranquecimento da população quanto para embasar o argumento da democracia racial. Como poderia existir preconceito racial em um

país no qual as pessoas possuem até mesmo dificuldade de se classificarem racialmente, tamanha a sua miscigenação? Amplamente utilizada pelo discurso racial brasileiro, essa ideia visa enfraquecer os argumentos daqueles que defendem que o Brasil sofre, historicamente, com práticas sociais que materializaram a inferioridade dos negros. Nas palavras de Carneiro (2011, p. 64) “temos sido ensinados a usar a miscigenação ou a mestiçagem como carta de alforria do estigma da negritude”. Ter qualquer característica física que possa fazer com que o negro possa se autodeclarar ou ser declarado pardo ou branco, segundo a autora, faz com que seja promovido socialmente. “E o acordo tácito é que todos façam de conta que acreditam”, diz Carneiro (2011, p. 64).

Essa abordagem leva-nos a perceber a maneira como o preconceito racial é articulado no Brasil. É interessante perceber que, em nosso país, não é apenas a cor da pele que caracteriza o sujeito como negro ou branco, é necessário “parecer” negro ou branco. Esse parecer está intimamente ligado aos traços fenotípicos dos sujeitos. Para Nogueira (2006), essa particularidade faz com que o preconceito brasileiro apresente características que o diferenciam das manifestações racistas que podem ser percebidas em outros lugares do mundo.

O autor chama as práticas exercidas no Brasil de preconceito de marca, uma vez que são as características fenotípicas os determinantes para definir se o sujeito é

branco ou negro. Também para Nascimento, Oliveira, Teixeira e Carrieri (2015, p. 05) “os mecanismos de funcionamento das relações raciais no Brasil se exprimem muito mais via preconceito racial de marca do que preconceito racial de origem.” No mesmo sentido, Teixeira (2015) afirma que o preconceito de marca, desenvolvido no Brasil, se refere às características fenotípicas, podendo variar de acordo com a graduação de cores. Logo, diferente do que acontece quando se desenvolve o preconceito de origem, no qual, de acordo com Rosa (2014), são levadas em consideração as origens étnicas, com pouca ênfase à aparência ou graduação de cor, o preconceito de marca se vale de aspectos como posição social ocupada pelo sujeito, salienta Teixeira (2015).

Diante do exposto, Teixeira (2015) afirma que o preconceito racial brasileiro é influenciado pela posição social do indivíduo, bem como, por aspectos comuns do cotidiano, como o lugar em que se está e quais os usos que se faz do mesmo. Isso, de acordo com a autora, “não só gera diferentes matizes de comportamento diante dos negros, como também dificulta o reconhecimento do preconceito” (TEIXEIRA, 2015, p. 67). Nesse sentido, Silva (2009, p. 21) afirma que “as práticas e os discursos cotidianos tentam ocultar uma realidade em que as diferenças étnico-raciais são compreendidas com base em um sistema avaliativo-classificatório”. Tais práticas sociais determinaram e ainda hoje determinam a maneira como julgamos os sujeitos de raça negra. A mesma autora salienta ainda que “discursos e práticas

sociais secularmente naturalizadas e reificadas sustentaram o consenso de que nossas relações étnico-raciais não são problema, por isso sequer merecem discussão” (Silva, 2009, p. 19).

Além do já exposto, outras práticas marcam o ser negro em nossa sociedade. São inúmeros os sinônimos utilizados para definir a cor, ou raça de uma pessoa negra. E até nisso podem ser percebidas práticas sociais imbricadas. Ou seja, a partir do interesse do sujeito, determina-se como o mesmo será nominado. Um questionamento apresentado por Hofbauer (2006, p. 15), delinea essa perspectiva:

Como explicar o fato de uma única pessoa poder ser registrada como “pardo” na certidão de nascimento, ser xingada de “preto” na rua, ser chamada carinhosamente de “moreninho” pelos colegas de trabalho e ainda, talvez, sentir-se “negro” no meio de militantes? Como entender este descompasso entre auto identificação e atribuições alheias? (Hofbauer, 2006, p. 15).

Entendo que a utilização de adjetivos diferenciados para se referir ao negro em situações diversas demonstra a forma como o posicionamento da sociedade está estabelecido. Para Teixeira, Nascimento e Carrieri (2014) tais gradações de cores se tornam simbólicas e influenciam as diferentes manifestações de preconceito. A partir das mesmas, o Brasil consolidou-se como o país da democracia racial

(Teixeira, 2015), no qual todas as raças convivem harmonicamente. Diante disso, é possível apreender ainda que tal maneira de qualificar os sujeitos mascara o preconceito existente em nosso país.

Para Santos (2002, p. 161), o caráter da chamada democracia racial brasileira está ancorado à seguinte noção: raça e cor não são abertamente mencionadas (é um assunto de alcova) desde que cada qual obedeça aos limites estabelecidos pelo caráter de sua cultura, de sua origem étnica, de sua cor.

Por outro lado, o discurso ideológico disseminado pelo mito da democracia racial enxerga o negro que não consegue ascender socialmente como um desqualificado, do ponto de vista individual (Souza, 1983). Assim, constitui-se e mantém-se a ideia de que a sociedade não tem qualquer responsabilidade pelas condições desiguais, afinal, o resultado deve ser alcançado individualmente. Quem consegue ascender, portanto, torna-se exceção e como exceção, perde a cor: deixa de ser preto ou mulato para muitos efeitos sociais, sendo encarado como uma figura importante, ou um grande homem (Souza, 1983, p. 23). Essas práticas sociais visam mascarar a existência de preconceito racial no Brasil. São práticas veladas que, ao serem realizadas, têm por intenção manter o negro em seu lugar. Lugar este de inferioridade e também estabelecido discursivamente.

Diante do exposto, é possível perceber que existem lugares a serem ocupados pelos diferentes grupos em nosso país. Esses posicionamentos podem reproduzir o discurso já naturalizado da hierarquização e da inferioridade do negro, afirmando a ideia de que ele merece ocupar posições de menor prestígio. Por outro lado, há também aspectos de resistência nesse processo, ainda que, por vezes, sejam movimentos sutis. Dessa forma, quebrar a lógica e buscar ocupar espaços que na lógica vigente estariam reservados para grupos tidos como superiores é um movimento importante de resistência e que deve ser buscado incansavelmente, ainda que se mostre uma trajetória difícil e repleta de barreiras. Assim, entendo que conforme nos diz Fanon (2008, p. 95) “o negro não deve mais ser colocado diante deste dilema: branquear ou desaparecer, ele deve poder tomar consciência de uma nova possibilidade de existir”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar de racismo no Brasil constitui, ainda em nossos dias, um tabu que precisa ser transposto. Através do estudo ora proposto, foi possível perceber que o mito da democracia racial, bem como a maneira como o preconceito racial é manifestado no Brasil, faz com que se crie uma imagem distorcida em nosso país, através da qual as práticas discriminatórias são mascaradas. A utilização da gradação de cores, por exemplo, posiciona os negros em situações diferenciadas,



nas quais se leva em conta aspectos que estão para além das questões apenas raciais. Diante dessa perspectiva, criou-se em nosso país o discurso do não preconceito e da vitimização daqueles que o denunciam de alguma maneira.

Não é possível negar, portanto, que falei aqui de relações assimétricas em virtude da maneira como as questões étnico-raciais foram construídas e constituídas em nosso país. Falei de um pensamento que foi estabelecido discursivamente e que se cristalizou em nossa sociedade acerca da inferioridade dos negros. Essas relações se constituem a partir das interações entre os grupos.

Esse discurso é igualmente disseminado no campo das organizações. Nele isso está ainda mais presente, uma vez que, como dito anteriormente, as organizações são vistas, muitas vezes, como um ambiente homogeneizado por uma cultura única. É possível perceber que, essa dita homogeneidade encobre práticas discriminatórias. Recentes estudos dão conta de que continuam sendo os negros os ocupantes das piores ocupações no mercado de trabalho em nosso país. Em contrapartida, o que se ouve da parte das empresas é o contrário. São discursos de inclusão e de relações imparciais entre todos os envolvidos em sua estrutura. Novamente, as práticas desmentem os discursos articulados majestosamente para representar uma realidade que existe apenas no imaginário das nossas organizações.

O que pude apreender, portanto, diante do estudo proposto, é que a mesma prática de preconceito que é negada nas relações sociais dos sujeitos é também apagada no contexto dos estudos organizacionais e, principalmente dos estudos tradicionais de Administração. Temos, portanto, em nosso país conforme afirma Oliveira (2006, p. 11) “o racismo mais eficaz do mundo: aquele que não tem um padrão, não é evidente. Ele é sofrido e praticado todos os dias, mas não pode ser mensurado, porque não é evidente”. Temos, portanto, em nosso cotidiano, um sistema de opressão, que é o racismo, estabelecido institucionalmente. O racismo determina muitas das atitudes que os sujeitos tomam em seu dia a dia. A meu ver, ele opera de forma perversa, uma vez que atua, na maioria das vezes, de maneira sutil e velada.

Dessa forma, para que possamos pensar em uma sociedade mais igualitária no Brasil, precisamos olhar de frente para o racismo em nosso país. Enquanto os discursos disseminados e reproduzidos por diferentes grupos justificarem a superioridade de um sobre outro, a busca por maior igualdade não será plenamente possível. Cabe, portanto, a nós abriremos e ampliarmos os debates a fim de que essa realidade possa ser um dia largamente discutida.

Considero fundamental, no entanto, dizer que os sujeitos, ainda que submetidos a um determinado sistema de dominação, não agem apenas de maneira passiva e

conformista, uma vez que onde há um sistema de poder atuando, há também resistência. Entendo ser esta uma das contribuições deste estudo para o campo dos estudos organizacionais e da Administração: ser um ponto de resistência em meio a tantos discursos de conformidade que podem ser identificados na área. Assim, colocar em pauta a questão étnico-racial pode desarticular práticas e representações fortemente estabelecidas, disseminadas e solidificadas em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

Barros, J. D'a. (2014). *A construção social da cor: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira*. Petrópolis: Vozes.

Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar.

Brandão, H. H. N. (2002). *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Unicamp.

Carneiro, S. (2011). *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro.

Carrieri, A. P., Silva, A. R. L., & Junquilha, G. S. (2008). O fazer estratégia na gestão como prática social: articulações entre representações sociais, estratégias e



táticas cotidianas nas organizações. *Anais do Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, XXXII.

Conceição, E. B. (2009). A negação da raça nos estudos organizacionais. *Anais do Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, São Paulo, SP, Brasil, XXXIII.

Costa, S. G. & Ferreira, C. S. (2006). Diversidade e minorias nos estudos organizacionais brasileiros: presença e lacunas na última década. *Anais do Encontro de Estudos Organizacionais*, Porto Alegre, RS, Brasil, IV.

Fairclough, N. (2001). *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB.

Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: UFBA.

Fernandes, F. (1978). *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática.

Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.

Foucault, M. (2013). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Hall, S. (2001). *A identidade cultural na pós-modernidade* (5a ed.). Rio de Janeiro, DP&A.

Hardy, C. & Phillips, N. (2004). Discourse and power (pp. 299-316). In: D. Grant, C. Hardy, C. Oswick, & L. Putnan (Eds.). *The SAGE Handbook of organizational discourse*. London: SAGE.

Hofbauer, A. (2006). *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: UNESP.

Lane, S. T. M. (2012). Linguagem, pensamento e representações sociais. In: S. T. Lane & W. Codo, W. (Orgs.). *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense.

Lauwe, P. H. C. (1983). Oppression, subversion and self-expression in daily life. *International Social Science Journal*. XXXV(2), 353-365.

Linstead, S. (1999). An introduction to the textuality of organizations studies. *Cultures, Organizations and Societies*, 5(1), 1-10.

Mumby, D. K. (2004). Discourse, Power and ideology: unpacking the critical approach (pp. 237-258). In: D. Grant, C. Hardy, C. Oswick, & L. Putnan (Eds.). *The SAGE Handbook of organizational discourse*. London: SAGE.



Munanga, K. (2005/2006). Algumas considerações sobre raça ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. *Revista USP*, 68, 46-57.

Nascimento, M. C. R., Oliveira, J. S., Teixeira, J. C., & Carrieri, A. P. (2015). Com que cor eu vou pro shopping que você me convidou? *Revista de Administração Contemporânea*, 19(ed. spe.), 245-268.

Nogueira, O. (2006). Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem, sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, 19(1), 287-308.

Oliveira, E. (2006). *Mulher negra. Professora universitária: Trajetória, conflitos e identidade*. Brasília: Liber Livro.

Rosa, A. R. (2014). Relações raciais e estudos organizacionais no Brasil. *Revista de Administração Contemporânea*, 18(3), 240-260.

Sansone, L. (2003). *Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil*. Salvador: UFBA/Pallas.

Santos, G. A. (2002). *A invenção do ser negro: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros*. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas.

Saraiva, L. A. S. & Irigaray, H. A. R. (2009). Políticas de diversidade nas organizações: uma questão de discurso? *Revista de Administração de Empresas*, 49(3), 337-348.

Schwarcz, L. M. (1993). *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.

Schucman, L. V. (2012). *Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Silva, F. C. O. (2009). *A construção social de identidades étnico-raciais: uma análise discursiva do racismo no Brasil*. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Souza, N. S. (1983). *Tornar-se negro*. Rio de Janeiro: Graal.

Teixeira, J. C., Nascimento, M. C. R., & Carrieri, A. P. (2014). De Xica da Silva a funcionário da cozinha do RU: manifestações discursivas de sexismo e racismo nas universidades brasileiras. *Anais do Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, XXXVIII.

Teixeira, J. C. (2015). *As artes e práticas cotidianas de viver, cuidar, resistir e fazer das empregadas domésticas*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

UNESCO. Recuperado em 10 março, 2017, de http://www.achegas.net/numero/nove/decla_racas_09.htm.

Vieira, R. M. (2015). Racismo à moda da casa. *GV Executivo*, 14(1), 62.

O que há por trás do discurso da harmonia racial no país da miscigenação?

Resumo

Através de uma abordagem teórica, o presente ensaio tem por objetivo apresentar aspectos relativos à construção do ser negro, no contexto social e organizacional, em uma sociedade na qual se criou a imagem da harmonia racial e do não preconceito. Foi possível apreender, a partir do estudo proposto, que antes de ser cunhada biologicamente, a ideia de inferioridade do negro já estava devidamente articulada no contexto discursivo e materializada através de práticas sociais, mantidas até hoje em grande parte de nossa sociedade. Porém, no Brasil, há uma particularidade em relação a outros países do mundo, uma vez que se estabeleceu aqui o mito da democracia racial, apresentando-nos como um ambiente livre de preconceito. Logo, as práticas discriminatórias tornaram-se veladas e negadas, tanto nas relações sociais dos sujeitos quanto no contexto das organizações. Apresentar esta discussão à área de estudos organizacionais e da Administração é uma das contribuições fundamentais desta pesquisa, tendo em vista que ainda silenciemos, neste campo, acerca de questões que envolvem as relações raciais nas organizações. Há, portanto, um longo caminho a ser percorrido em busca de igualdade e respeito às diferenças.

Palavras-chave

Discursos; Práticas sociais; Racismo; Estudos Organizacionais.



What is behind the discourse of racial harmony in the country of miscegenation?

Abstract

By a theoretical approach, this essay aims to present aspects related to the construction of the black being, in the social and organizational context, in a society in which the image of racial harmony and non-prejudice was created. It was possible to learn from the proposed study that before being biologically coined, the idea of black inferiority was already well articulated in the discursive context and materialized through social practices, maintained until today in a great part of our society. However, in Brazil, there is a peculiarity in relation to other countries of the world, once the myth of racial democracy has been established here, presenting us as an environment free of prejudice. Thus, discriminatory practices became veiled and denied, both in the social relations of the subjects and in the context of the organizations. Presenting this discussion to the area of organizational studies and Administration is one of the fundamental contributions of this research, considering that we still silenced, in this field, about issues that involve race relations in organizations. There is, therefore, a long way to go in pursuit of equality and respect for differences.

Keywords

Speeches. Social practices. Racism. Organizational Studies.



¿Qué hay detrás del discurso de la armonía racial en el país del mestizaje?

Resumen

Mediante un planteamiento teórico, el presente ensayo tiene por objetivo presentar los aspectos relativos a la construcción del ser negro, en el contexto social y organizacional, en una sociedad en la cual se creó la imagen de la armonía racial y del no prejuicio. Fue posible aprender, a partir del estudio propuesto, que antes de ser acuñada biológicamente, la idea de inferioridad del negro ya estaba debidamente articulada en el contexto discursivo y materializada por medio de prácticas sociales, mantenidas hasta hoy en grande parte de nuestra sociedad. Sin embargo, en Brasil, hay una particularidad en relación a otros países del mundo, una vez que se estableció aquí el mito de la democracia racial, presentandonoslo como un ambiente libre de prejuicios. Luego, las prácticas discriminatorias se hicieron veladas y negadas, tanto en las relaciones sociales de los sujetos cuanto en el contexto de las organizaciones. Presentar esta discusión al área de los estudios organizacionales y de la Administración es una de las contribuciones fundamentales de esta investigación, teniendo en vista que aun silenciamos, en este campo, cuestiones que involucran las relaciones raciales en las organizaciones. Hay, por consiguiente, un largo camino a ser recorrido en busca de la igualdad y respeto a las diferencias.

Palabras clave

Discursos; Prácticas sociales; Racismo; Estudios Organizacionales.



Autoria

Josiane Barbosa Gouvêa

Doutoranda em Administração pela Universidade Estadual de Maringá.

Professora do Instituto Federal do Paraná. <http://lattes.cnpq.br/4049498258802243>.

<https://orcid.org/0000-0002-4305-9104>. E-mail: josidapper@hotmail.com.

Endereço para correspondência

Josiane Barbosa Gouvêa. Instituto Federal do Paraná – Campus Umuarama.

Rodovia PR 323, KM 310, Umuarama, PR, Brasil. CEP: 87507-014. Telefone: (+55 44)

33616200.

Como citar esta contribuição

Gouvêa, J. B. (2017). O que há por trás do discurso da harmonia racial no país da miscigenação? *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 4(10), 915-955.

Contribuição Submetida em 25 jan. 2016. Aprovada em 28 mar. 2017. Publicada online em 20 out. 2017. Sistema de avaliação: Double Blind Review. Avaliação sob responsabilidade do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Editor: Luiz Alex Silva Saraiva.

